



A educação do campo na trilha dos direitos humanos em sua formação identitária e cultural

Maria Aparecida Vieira de Melo⁽¹⁾

Página | 97

⁽¹⁾Mestre em Educação Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco. Professora pela Universidade Federal Rural de Pernambuco/Programa de Formação de Professores da Educação Básica e Professora da Educação Básica na Escola Vereador Edvaldo Martins. Recife/PE. m_aparecida_v_melo@hotmail.com.

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 20 de fevereiro de 2017; Aceito em: 20 de março de 2017; publicado em 30 de 04 de 2017. Copyright© Autor, 2017.

RESUMO: Objetivou-se com o presente artigo abordar sobre as práticas pedagógicas oriundas da comunidade Quilombola a fim do reconhecimento da formação identitária dos descendentes Quilombolas. Em sendo assim, inquieta-se saber como as práticas pedagógicas estão sendo desenvolvidas na escola dessa comunidade para evidenciar o pertencimento identitário e cultural dos povos de sua comunidade? Metodologicamente discorre-se por meio de uma revisão de literatura, considerando autores como Candau (2005), Arroyo (2005), Moreira (2006), Word Ward (2002), Manoel Castell (2012) e outros autores que tem dialogado acerca do multiculturalismo como proposta de currículo e prática pedagógica, a favor da identidade e cultura dos sujeitos quilombolas. Ademais, através da entrevista semiestruturada com professores e alunos da escola campo de pesquisa, pôde-se inferir algumas impressões acerca da tríade teoria, observação e prática pedagógica conforme análise do discurso. Nesse sentido, pretendo contribuir para o debate em torno da prática pedagógica dos professores, da metodologia alternativa em prol da prática de ensino, a fim de respeitar a diversidade étnica da escola, bem como reconhecer a importância dos negros para o desenvolvimento do Brasil, uma vez que a cultura e identidade dos povos afro-brasileiros sempre foi motivo de racismo, preconceito e discriminação. Destarte, esse trabalho foi de sobremaneira significativo para o reconhecimento identitário dos descendentes quilombolas, reconhecendo que os sujeitos dessa comunidade se sentem excluídos ainda hoje. Embora existam políticas públicas e ações afirmativas para a inserção social dos negros nos espaços sociais, sendo respeitadas suas culturas e identidades, mas ainda não favorece a todos.

Palavras-chave: Prática Pedagógica, culturas e identidades, políticas Públicas.

ABSTRACT: The objective of this article is to discuss pedagogical practices from the Quilombola community in order to recognize the identity formation of Quilombola descendants. Therefore, it is a question of knowing how the pedagogical practices are being developed in the school of this community to evidence the identity and cultural belonging of the peoples of its community? Methodologically, a review of the literature is made, considering authors such as Candau (2005), Arroyo (2005), Moreira (2006), Word Ward (2002), Manoel Castell (2012) and other authors who have dialogued about multiculturalism As a proposal of curriculum and pedagogical practice, in favor of the identity and culture of the quilombola subjects. In addition, through the semistructured interview with teachers and students of the school field of research, some impressions about the triad theory, observation and pedagogical practice could be inferred according to discourse analysis. In this sense, I intend to contribute to the debate about the pedagogical practice of teachers, of the alternative methodology in favor of teaching practice, in order to respect the ethnic diversity of the school, as well as to recognize the importance of blacks for the development of Brazil, a Since the culture and identity of the Afro-Brazilian people has always been a reason for racism, prejudice and discrimination. Thus, this work was extremely significant for the identity recognition of quilombola descendants, recognizing that the subjects of this community feel excluded even today. Although there are public policies and affirmative actions for the social insertion of blacks in social spaces, respecting their cultures and identities, but still does not favor all.

Keywords: Pedagogical Practice, cultures and identities, public policy.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata das especificidades inerentes as práticas pedagógicas voltadas para a formação identitária dos descendentes Quilombolas da comunidade do Castainho em Garanhuns – PE. Sendo que, se faz pertinente este estudo, justamente por pretender compreender como se dá as práticas pedagógicas dos educadores que podem subsidiar o reconhecimento e pertencimento identitário e cultural dos sujeitos dessa comunidade, como sujeitos de direitos, que consolidaram a história do Brasil de forma indescritível de sofrimento e dor, uma vez que muitos morreram em prol da liberdade que lhes eram expropriadas, principalmente dos índios e negros, os outros povos eram os privilegiados que tudo podiam fazer a favor de seus próprios interesses, como os europeus que subordinavam os índios e os negros e assim lhes expropriavam dos direitos humanos que atualmente são indivisíveis, inalienáveis e universais.

Página | 98

Nesse sentido, esse estudo desenvolve-se na comunidade do Castainho, a qual se localiza na cidade de Garanhuns – PE. Destarte, com a pesquisa de campo têm-se como objetivos mais especificamente reconhecer as perspectivas dos jovens descendentes da comunidade Quilombola a partir de sua formação formal na escola. Identificar os problemas que são considerados pelos jovens na comunidade principalmente em se tratando da escola em que eles estudam e por fim conhecer a metodologia de ensino da professora na escola da comunidade do Castainho em prol da conscientização cultural e identitária pertencentes aos quilombolas.

Atualmente a sociedade devido ao processo de globalização tem se modernizado muito, e os sujeitos do campo obviamente são outros, ou seja, não são mais aqueles sujeitos considerados jecas, ignorantes e costumeiramente analfabetos. A realidade é que devido ao processo de democratização de acesso ao ensino através de políticas públicas e ações afirmativas, muitos são os jovens que possivelmente conseguem superar os preconceitos, discriminações e racismos, dos quais é vítima dos sujeitos que são intolerantes a diversidade étnica e cultural e assim se emancipam socialmente.

A comunidade em estudo tem recebido formação com teor de conscientização de que são sujeitos de direitos e por ser assim deve-se fazer jus, daí muda as concepções de ser e estar no mundo e passam a dialogar a partir de quem são e o que querem ser, refletindo acerca de todo o processo de segregação, exploração e alienação que os índios e os negros sofreram no decorrer da história brasileira. Isso por que, quando se conhece a história dos ancestrais se desperta um interesse, respeito e conscientização de que a

subserviência não deve mais existir e conseqüentemente surge um novo projeto de educação voltada para esses sujeitos.

Dessa forma, se faz necessário discorrer sobre a educação como direito, a identidade das minorias colonizadas (índios e negros), as práticas pedagógicas dos educadores, e as ações afirmativas. Elementos que subsidiaram a revisão de literatura. Metodologicamente, foi feita observação na escola campo de estudo e foi aplicada uma entrevista semiestruturada para alguns alunos e educador da escola, cuja finalidade é subsidiar a coleta de dados concernentes com a realidade pesquisada.

Contudo foi possível considerar que as políticas públicas e ações afirmativas ainda não atingiram a todos e mesmo que a democratização do acesso ao ensino esteja sendo crescente, a questão da permanência ainda deve ser repensada, pois a diversidade cultural deve ser respeitada e, sobretudo valorizada, pois o Brasil é o país dos miscigenados.

Objetivou-se com o presente artigo abordar sobre as práticas pedagógicas oriundas da comunidade Quilombola a fim do reconhecimento da formação Identitária dos descendentes Quilombolas.

A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Entender que a educação é um direito, torna-se fundamental para ressignificar as práticas de garantia do usufruto desse direito para todos os sujeitos, principalmente daqueles que mais precisam dela para poder se emancipar socialmente e claro, ficarem esclarecidos dos direitos humanos que lhes são inalienáveis, indivisíveis e inalienáveis.

Desse modo, compreende-se que a escola é a instituição por excelência para viabilizar os direitos humanos aos sujeitos de direitos. Uma vez que estes lócus trazem em seu bojo as conjecturas de formação humana e a educação é a formação para vida. Daí, entender o princípio da vida em sua essência é despertar para que todos possam viver com dignidade e, sobretudo com qualidade de vida e isso a educação formal e informal pode favorecer. Nesse sentido, comunga-se da ideia de Sarmiento (2012, p. 3) quando afirma que

O despertar do sujeito de direito passa pela educação crítica, dialética e comprometida com a valorização da pessoa humana em todas as suas dimensões. Essa é a missão da Educação em Direitos Humanos: formar cidadãos ativos e conscientes de seu papel na sociedade.

Sendo assim, a educação deve ser promovida nesse sentido, para que a sociedade possa ser melhor em aspectos de humanidade, uma vez que o processo de desumanização segundo a globalização acirrada tem provocado a subserviência de uma boa parte da população para aqueles que detêm o poder.

Comungar da premissa da educação em direitos humanos é vivenciar em sala de aula uma experiência educativa diferenciada que subsidie a formação ampla da cidadania. Por conseguinte, isso implica em acreditar que “a prática educativa que se baseia no reconhecimento, defesa, respeito e promoção dos direitos humanos e que tem como objeto desenvolver nos indivíduos e nos povos as suas máximas capacidades como sujeitos de direitos, assegurando-lhes as ferramentas necessárias para fazê-los efetivos”. (MAGENDZO, 2006 *apud* SARMENTO, 2012, p. 3). Isso é possível através da formação conscientizadora, promotora do senso crítico e ativo dos sujeitos que se submetem a uma formação que lhes proporcionem a transformação social dos sujeitos reconhecendo-se como sujeitos de direitos.

Nesse sentido, faz-se pertinente identificar elementos concernentes aos direitos humanos. Sendo assim, segundo Benevides (2013, p. 4) reconhece que os

Direitos humanos são aqueles comuns a todos sem distinção alguma de etnia, nacionalidade, sexo, classe social, nível de instrução, religião, opinião política, orientação sexual, ou de qualquer tipo de julgamento moral. São aqueles que decorrem do reconhecimento da dignidade intrínseca de todo ser humano. Os direitos humanos são naturais e universais; não se referem a um membro de uma nação ou de um Estado – mas à pessoa humana na sua universalidade. São naturais, porque vinculados à natureza humana e também porque existem antes e acima de qualquer lei, e não precisam estar legalmente explicitados para serem evocados.

A educação em direitos humanos deve ser promovida mediante as premissas da universalidade e naturalidade, pois significa que o princípio da universalidade está concernente com o fato de que não importa o espaço geográfico onde estejam as pessoas, os direitos humanos são universais. Já ao que concerne aos direitos humanos naturais, os sujeitos por natureza são detentores deles, desde que a vida seja concebida.

FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DE MINORIAS COLONIZADAS

A sociedade brasileira se reconfigura pela diversidade que a faz. Nesse sentido, compreende-se que o país se estruturou por meio das minorias colonizadoras, ou especificamente exploradoras, em conflito com minorias contestadoras. A história do

desenvolvimento do Brasil perpassou por várias situações de exploração dos direitos dos povos e transgressões humanas combatidas e ora, reverenciada por aqueles que buscavam o controle das manifestações. Nessa história de colonização, outra minoria se sobressaiu na formação política de contestação – a comunidade quilombola. Sendo assim,

A emergência de uma minoria depende não somente do fato, para o grupo em questão, de chegar a se perceber como uma “minoría”, ou seja, como uma formação social apresentando suficientes traços comuns para adquirir homogeneidade e uma visibilidade interna aos olhos de seus membros, mas igualmente pelo fato de conquistar uma visibilidade externa e chegar a ser percebido como “minoría” pelo espaço social circundante (SEMPRINI, 1999, *Apud* Sparenberger & Colaço 2011, p.696 – 700).

Conforme supracitado, a relação entre minorias de poder regulatório, que são homogêneas em suas ideologias e reivindicações políticas estabelece-se no sentido de por em pauta os direitos humanos constituídos legalmente. Neste contexto, de reconhecimento e pertencimento identitário, destacam-se as argumentações de Maia (2012, p 1-25), quando afirma que devem ser asseguradas “a identificação, o reconhecimento à garantia dos direitos das minorias – étnicas, religiosas, sexuais”, por meio de organizações e mobilizações sociais em prol da reivindicação dos direitos constituídos legalmente como por ora já foram mencionados. Em sendo assim, compreende-se que a finalidade foi em prol da “igualdade de oportunidades educacionais e que levem em conta diferenças, diversidades e desigualdades de nosso imenso território e das muitas culturas nele presentes”. (BRASIL, 2006, p.14).

Vale salientar que a miscigenaçãoⁱ no Brasil privilegiou uns e nem tanto outros, no direito à educação, promovendo dessa forma a exclusão social com base na diversidade e no acesso – permanência, uma vez que os negros nunca deixaram de possuir os estigmas pejorativos que lhes foram ao longo da existência humana e que ainda hoje mesmo de forma sorrateira é presenciado práticas de racismo, preconceito e discriminação.

Em contrapartida, as minorias quilombolas buscam angariar seu espaço social, manifestando o sentimento de revolta e repulsa pela forma de como foram tratados no passado e como são abordadas as suas histórias de participação na História do Brasil. Desta forma, surgem as comunidades refugiadas do campo da exploração, escravidão e servidão. Sobre isto, Maia (2012, p. 1) acrescenta que foi recente o

Processo de enraizamento da democracia no Brasil e o correlato alargamento dos espaços de vocalização de diferentes interesses que colocaram no centro das políticas públicas culturais a atenção a grupos identitários minoritários – em especial aqueles menos favorecidos pelas benesses do progresso econômico-social, como os negros e os índios.

Conforme o autor sugere “políticas públicas” como recompensa ao processo desumanitário dessa expropriação. Essa discussão aflora a cultura africana existente na multiculturalidade dessas minorias colonizadas e, conseqüentemente, na hibridização cultural na educação sobre a participação do negro na história do Brasil. A formação das minorias quilombolas ocorreram por meio da contestação aos poderes oligárquicos, sendo perseguidas por policiais da época da escravatura. As mobilizações sociais foram mais recentes, com lutas reivindicatórias diversificadas em prol da conquista da identidade de um povo, no sentido de ressignificar sua existência num território físico imposto.

Diante do exposto, percebe-se que este processo homogeneizado de raças não aconteceu linearmente na história da formação identitária das minorias colonizadas, mas sim, por meio de muitas lutas, fugas e brigas entre os dominantes e os dominados, assim como na literatura histórica houve várias abordagens teóricas acerca das definições conceituais da formação das minorias, que buscam a visibilidade, a transformação e a emancipação social. Por conseguinte, conforme as arguições de Sparenberger & Colaço (2011, p.682 – 700) defendem que

É necessário que se reconheça a pluriétnicidade e a pluriculturalidade que está presente na formação da maioria dos Estados, o que vem justificar a afirmação de que os Estados não possuem uma composição homogênea e, com isso, o reconhecimento e a tutela de todos os grupos presentes em sua formação é imprescindível para que a dignidade humana seja realmente protegida e respeitada.

Conforme supracitado a ‘pluriétnicidade e a pluriculturalidade’ são as características mais marcantes da formação identitária das minorias colonizadas, que continuam demarcando seu território com suas mobilizações sociais para receberem não por assistencialismo o reconhecimento, mas por direito e pertencimento a valorização social, pois a miscigenação do Brasil lhes confere a diversidade existente enraizada desde os primórdios da história caracterizando, a fomentação do desenvolvimento sócio-histórico-cultural das classes sociais múltiplas na busca da visibilização social.

Por conseguinte, reconhece Fuchs (2006, p. 7-25) que “o ser humano concebido como alguém que está em busca de ser é integrante e integrador de uma sociedade

complexa”. Ou seja, as minorias fazem e lutam para estarem integrada nessa sociedade complexa. Pois as minorias colonizadas contribuem com o desenvolvimento da sociedade, na produção dos bens e serviços que estão disponíveis para todos. Principalmente, porque são as minorias que mais trabalham a favor do desenvolvimento socioeconômico do país, não importa o quanto seja árduo ou suave o trabalho, mas estas minorias estão presentes na produtividade e na qualidade dos produtos ofertados. Daí mais um objetivo para que os sujeitos de direitos possam usufruir deles sem ter que serem vitimados pejorativamente.

IDENTIDADES DE COMUNIDADES

O Brasil ao longo do seu enredo histórico foi se desenvolvendo de forma heterogênea, por meio de comunidades identitárias que caracterizam a miscigenação dos povos que representam a diversidade do país. Esta diversidade é representada pela identidade e cultura manifesta e, sobretudo vivenciada. Portanto, considera Castells (2001, p.22 Apud Sparemberger & Colaço 2011, p. 683 – 700) que entendem por identidade “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”. Nesse sentido, compreende-se que a formação identitária das comunidades diz respeito ao processo étnico-racial que se distingue de forma híbrida, ou seja, existem vários povos que entre si buscam o desenvolvimento autônomo de sua identidade social.

A diversidade das comunidades se define pela identidade, conforme considera Jayme Paviani (2004, Apud Sparemberger & Colaço 2011, p.684 – 700) explicam que “a identidade de um povo ou de uma cultura aponta para um conjunto de costumes, comportamentos, valores, obras e para elementos socioculturais, como a língua e a religião”. Em sendo assim, o Brasil com sua multiculturalidade existente nas comunidades promovem o desenvolvimento civilizatório dos povos, com características próprias como, culturas, costumes, crenças, dialetos, ritos e valores. Elementos que definem a identidade social de cada comunidade.

Todavia, as comunidades se auto afirmam por meio das lutas, em suas mobilizações sociais para garantir os direitos coletivos, bem como nos asseveram (Sparemberger & Colaço 2011, p.696 – 700), quando sopesam

As batalhas que as comunidades tradicionais brasileiras vêm travando nas últimas décadas, em busca da afirmação de sua identidade e do reconhecimento de direitos coletivos, com reconhecimento constitucional, é verdade, mas com necessidade de efetivação e proteção na maioria dos casos, é um exemplo do esforço por emancipação social e redefinição do conceito de cidadania e, indo além: é uma luta pela garantia da diversidade cultural, para o alcance de um mundo plural.

É justamente a fim dessa pluralidade que as comunidades com suas identidades passam a desempenhar suas funções sociais em prol do desenvolvimento, da multiculturalidade e da hibridização cultural.

Nesse contexto, conforme as considerações de Quijano (2005, p. 249, Apud ARROYO 2010, p. 1409-1416) sobre as identidades étnicas e raciais tiveram dois pressupostos de fundamentação, sendo eles na concepção do autor supracitado

A primeira, todos aqueles povos foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas. A segunda, sua nova identidade racial, negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção intelectual e cultural da humanidade. Logo, raças inferiores, capazes somente de produzir culturas inferiores. O padrão racista de poder implicava um padrão cognitivo e cultural racista.

Nesse embate de oprimidos e opressores se configura a formação das comunidades, com suas identidades expropriadas pelos regimes autoritários das autoridades opressoras, dessa forma se valida às considerações supracitadas acerca do “despojamento das singulares identidades históricas” e da “nova identidade racial,” esta última busca se afirmar diante das questões políticas e sociais.

A construção da identidade perpassa por sentimentos, pensamentos, responsabilidades e socialização, ou seja, para as comunidades segregadas se afirmarem elas devem socialmente se mostrar mobilizadas e organizadas. O sentimento de revolta, indignação, exploração e consternação faz com que as pessoas formem os grupos, como os quilombos que agiram dessa forma, não suportando mais a opressão, as condições sub-humanas de sobrevivência, resolveram fugir, se refugiar em busca da liberdade, que lhes daria condições para recomeçar, serem donos de si, e ao longo do percurso sendo reconhecidos como legitimadores de sua história de vida.

Diante dessas conjecturas conforme Melucci (2004 Apud Fuchs 2006, p. 6-15) afirmam que:

Não podemos, portanto, conceber a nossa identidade como uma “coisa”, como uma unidade monolítica de um sujeito, pois é um sistema de relações e de representações. Respeitando os diferentes graus de complexidade, poderemos falar de muitas identidades que nos pertencem: a pessoal, a familiar, a social, e assim por diante; o que muda é o sistema de relações da qual nos referimos e diante do qual ocorre nosso reconhecimento.

Portanto, é conforme supracitado que as identidades das comunidades se estrutura nas mais diferentes relações sociais que são mantidas, ao reconfigurar a complexidade da multiculturalidade existente, ao se mobilizarem em prol do reconhecimento, da visibilização e, sobretudo, do respeito e valorização pela função social desempenhada na construção dos espaços sociais coletivos, dando possibilidade das pessoas serem protagonistas do enredo histórico social, da consolidação da cidadania e de serem reconhecidos como cidadãos inseridos no contexto social. Em sendo assim (Melucci, 2004 Apud Fuchs 2006, p. 7-15) argumenta que os “mecanismos de continuidade de um sujeito, além das variações do tempo e das adaptações ao ambiente; delimitações deste sujeito em relação aos outros; capacidade de reconhecer-se e de ser reconhecido”. Dessa forma entende-se que a hibridização cultural promove a socialização, ressignifica as relações interpessoais que devem ser estabelecidas entre os grupos sociais.

Os grupos sociais são diversos e trazem consigo suas culturas e identidades próprias que são compartilhadas simultaneamente e todos podem se relacionar e conviver harmonicamente no mesmo espaço social, com suas características diversas. Desse modo, dar-se a hibridização cultural sob o foco dessa simbiose identitária e cultural.

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A educação brasileira perpassa por varias abordagens política em prol da qualidade e do atendimento a todos, esta como é um direito constituído em lei, obrigatoriamente deve ser acesso de todos os cidadãos que compõem a sociedade. Dessa forma, a política educacional entra em cena a partir das interferências dos movimentos sociais ao reivindicarem massivamente educação para todos e esta de qualidade.

Diante disso, é considerada a diversidade sociocultural dos povos para a promoção de igualdade de oportunidades para a inserção social da multiculturalidade que compõe o cenário educativo, assim

No que diz respeito à educação, ou mais precisamente, à política educacional, um dos aspectos significativos desse novo cenário é a percepção de que a escola é um espaço de sociabilidade para onde convergem diferentes experiências socioculturais, as quais refletem diversas e divergentes formas de inserção grupal na história do país. (GOMES, 2007).

A verdade é que a educação sempre foi um privilégio de poucos, pois ainda hoje se ouve na Aula Magna de Instituição de Ensino Superior nos discursos inflamados de reitores que “você que estão aí sentados são privilegiados e faz parte de uma minoria” isso em pleno século XXI, tendo em vista que já houve muitas políticas públicas educacionais voltadas para a educação, mas ainda o acesso é restrito. Portanto, é através das lutas e reivindicações que se almeja e amplia o acesso para o nível superior.

Vale salientar que o processo educativo foi instituído de forma verticalizada, ou seja, era direcionado para a elite social. À medida que a população crescia desordenadamente e aumentava a desigualdade social, a educação de forma muito restrita se estendia para a classe dos menos favorecidos, isso porque, esta classe representava riscos à ordem da elite dominante, então para amenizar a insatisfação e não se ter uma revolta, ou uma terceira guerra, a elite dominante passa a partilhar alguns bens socialmente produzidos, entre eles a educação. Nesse sentido, conforme as contribuições de Leher (1998, p. 52 *Apud* Algebaile 2004, p. 210) alegam que “os chamados pobres não constituem um ‘exército industrial de reserva’”. O que significa para ALGEBAILLE (2004) “Os objetivos limitam-se ao “alívio” de condições de privações e marginalidade que, a partir de certo limite, oferecem riscos aos rumos traçados pelos centros do poder mundial ou, no mínimo, riscos a sua realização serena”. Em contrapartida a estes objetivos, surgem as mudanças políticas educacionais que visam o acesso irrestrito a todos em todos os níveis de escolarização.

Para ALGEBAILLE (2004) as reformas educacionais perpassam pela “reforma curricular e a reforma financeira”. Em consonância com as considerações da autora, compreende-se que muito tem a ser analisado e discutido em função das reformas das políticas educacionais. Diante de tais reformas, cabe aos interessados avaliá-las para desenvolver o senso crítico e reconhecer que aos poucos a escola pública passa a ser privatizada pelos financiamentos de programas e mais programas escolares para poder dar conta do processo de ensino-aprendizagem. Pois desde os PCNs que a escola se reconfigura e o corpo humano tende a se aperfeiçoar para acompanhar as mudanças significativas que acontecem de forma camuflada para a qualidade da educação elementar. Portanto, conforme as considerações de Algebaile (2004, p. 220) afirma que

Se a reforma educacional do governo Fernando Henrique Cardoso for olhada em suas conexões com a política social, será possível perceber que, na sua inscrição nessa esfera mais ampla, o que chamamos de “política educacional” assumiu, na verdade, a forma de uma “política *escolar*”. Quando suas peças são vistas em conjunto, torna-se evidente o propósito de adaptar instrumentalmente a escola a novas funções que se tornavam estratégicas no novo contexto econômico e político. É como se a escola fizesse às vezes do Estado onde ele não estava suficientemente presente por outros meios. Trata-se, por certo, de uma forma pobre de presença do Estado, mas isso não é contraditório se for considerado que essa versão pobre do Estado destinava-se, exatamente, aos pobres.

Tendo em vista, o que ora foi afirmado, compreende-se que a escola destinada ao ensino elementar e para os pobres é direcionada com programas assistencialistas, como bolsa escola, PETE, Acelera, Se Liga, Paulo Freire e outros que tem uma fórmula mágica para mediar o processo de ensino-aprendizagem, visando apenas dados estatísticos que comprovem a qualidade do ensino elementar. Portanto estes programas direcionados para a educação elementar segundo as arguições Algebaile (2004, p. 245)

Vieram a adquirir no contexto de reorientação da política social brasileira, tendo em vista que, no Brasil, longe de se constituírem como política focalizada para cobrir lacunas, reconstituindo patamares favoráveis a alguma integração socioeconômica, tornaram-se uma espécie de meio de dissimulação do abandono de qualquer perspectiva séria de enfrentamento das desigualdades, constituindo o aprofundamento e a consolidação de uma via especial de “ação” do Estado para os pobres.

Em sendo assim, compreende-se que os programas voltados para a educação elementar diz respeito às necessidades econômicas do país, pois diante dos avanços técnicos científicos e econômicos da sociedade, a educação é essencial para oportunizar a todos a igualdade de oportunidades para que se desenvolvam e se aperfeiçoem em função das exigências sociais.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa fundamenta-se na revisão bibliográfica através do método hipotético – dedutivo, em que serão levantados informações e dados a respeito do problema proposto. Dessa forma, sistematizou-se também através da observação do contexto sócio-histórico da comunidade. Nesse sentido, aprofundaremos a relação interpessoal entre o sujeito e o

objeto analisado para identificarmos como pedagogicamente é orientada a prática pedagógica da educadora para trabalhar os conteúdos do livro didático de história, do 4º ano, na escola do Castainho, Garanhuns-PE.

Neste sentido, foram trabalhadas as questões pertinentes dos conteúdos abordados no decorrer do trabalho. Isso possibilitou não só o favorecimento das descrições dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e compreensão da totalidade. Por conseguinte, a relação interpessoal no ato da entrevista, permitindo ao entrevistado compartilhar informações antes deduzidas ou simplesmente equivocadas por parte do entrevistador, como também ampliar as perguntas em detrimento das circunstâncias do diálogo no decorrer da entrevista.

Sabe-se que a importância da entrevista semi-estruturada está contida na formulação das perguntas, pois estas devem ser claras, objetivas e precisas. Deste modo conforme, SELLTIZ (1965, p. 7)

A pesquisa é dirigida em busca de respostas, que poderão ou não ser encontradas. A ciência moderna, especialmente a sociologia, é tipicamente um processo sem fim. Com frequência, as pesquisas sociais acabam por suscitar novas questões, ou formulam novamente às anteriores.

Envolvendo, portanto o objeto de estudo e os sujeitos dos contextos educacionais, bem como o uso dos métodos: entrevista semi-estruturada e pesquisa bibliográfica. A análise dos dados foi possível por meio da aplicação da entrevista semi-estruturada. Tendo em vista que é definida pelos autores Ludke & André (1986, p. 34) ao mencionaram que “se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”. Ou seja, são perguntas abertas que ao serem feitas podem sofrer alguma mudança.

Sendo assim, a entrevista ao ser analisada, embasada nos postulados de Bardin (2004, p. 108.) uma vez que ele vem alertar para “desconfiar das evidências”. Ou seja, analisar a relação intrínseca entre o declarado e o vivenciado. Permeou a análise discursiva da atribuição do supervisor pedagógico ao orientar sobre o uso das práticas educativas no ensino-aprendizagem com foco na proposta conceitual da abolição da escravatura nas aulas de História. Nesse sentido, ao se inteirar do contexto da sala de aula da escola campo de pesquisa, para observar as atribuições do educador, aplicou-se a entrevista que subsidiou reconhecer as principais funções desenvolvidas no contexto escolar.

INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Como já foi mencionado, para a sistematização desta pesquisa, foram utilizados uma revisão de literatura e a entrevista semi-estruturada com o educador, abordando a proposta conceitual da abolição da escravatura, abordada nas práticas educativas no ensino-aprendizagem.

Todavia, a entrevista foi aplicada ao supervisor pedagógico com a finalidade de compreender como o ensino-aprendizagem é permeado em prol da concepção da escravatura. Desta forma, possibilitou compreender e ao mesmo tempo reconhecer que a prática pedagógica ainda é possui o livro didático como o recurso essencial para a transmissão do conhecimento, ou seja, como o livro trás uma visão pré-concebida não corrobora para o desenvolvimento do senso crítico do pensamento do aluno para compreender o quanto que o período da escravatura foi desumanizante.

Portanto, foram utilizados para o alcance das informações dessa pesquisa, os seguintes instrumentos:

1. Entrevista, com o objetivo de reconhecer como o professor orientava a proposta conceitual da abolição da escravatura abordada nas práticas educativas no ensino-aprendizagem, abordando o recurso didático o livro.
2. A observação, das atribuições da prática da professora ao ministrar a aula especialmente a de história.
3. A revisão de literatura que subsidiou o aporte teórico desta pesquisa.

ENTREVISTA

As perguntas que foram sistematizadas para compreender como se estabelece o processo de ensino-aprendizagem a respeito da proposta conceitual da abolição da escravatura orientada pelo supervisor e abordada nas práticas educativas do educador são especificadas desta forma:

1. Como professor trabalha sobre a abolição da escravatura a favor do pertencimento cultural e identitário dos sujeitos de direito?
2. Conforme o que é apresentado nos livros didáticos, principalmente o de história ao abordar o processo de colonização do Brasil através da mão de obra dos

escravos, como este processo influencia a construção da identidade dos descendentes de quilombolas?

4. Há formação continuada em prol do desenvolvimento da prática pedagógica do educador objetivando um ensino mais crítico, criativo e autônomo considerando a lei 10639/03?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

PARTICIPANTE E CAMPO

A professora da sala de aula tem o normal médio e está para se aposentar. O processo de formação continuada se deu através da participação da proposta pedagógica do município de Garanhuns- PE A proposta é espelhada no Projeto Despertarⁱⁱ, tendo como teórico o precursor da pedagogia libertadora, o Educador Paulo Freire.

A escola campo de pesquisa não dispõe de recursos audiovisuais, sendo afastada do espaço urbano. Os alunos são oriundos do campo e dividem seu tempo com os estudos e o trabalho, muitos participam de programa que resgatam as origens do surgimento do quilombo, uma vez que muitos desconhecem o processo de organização da comunidade e os membros não podem deixar cair no esquecimento, que os descendentes de quilombolas são fruto das reivindicações, mobilizações e organizações sociais que primam pelos direitos que lhes são inalienáveis.

PROPOSTA CONCEITUAL DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA, INDICADOS PELOS PROFESSORES DA COMUNIDADE DO CASTAINHO

Conforme o que é apresentado nos livros didáticos, principalmente o de História, ao abordar o processo de colonização do Brasil através da mão de obra dos escravos, constatou-se que permitia a tomada de consciência de que o desenvolvimento do Brasil somente foi possível através da exploração da mão de obra dos negros. Neste sentido, influencia a construção da identidade com os escravizados e seus movimentos de libertação. Enfrentou-se que os direitos básicos universais não existiam para os negros,

viabilizando aos alunos reconhecerem a história de sua ancestralidade e a importância deles para a busca da reivindicação de seus direitos.

RELAÇÃO DA PRÁTICA EDUCATIVA COM LIVROS DIDÁTICOS NAS IDENTIDADES DOS DESCENDENTES DE QUILOMBOLAS

A ação pedagógica sobre relação conceitual dos livros didáticos, a prática educativa da professora e a formação identitária dos descendentes de quilombolas foi abordada com os professores através da consulta à livros e textos.

Os educadores além dos livros didáticos que podem subsidiar a prática docente, sem ter que usar somente o livro didático indicado aos alunos. Estes trazem uma visão eurocêntrica da colonização do Brasil e assim deixa a desejar na abordagem da identidade, cultura, etnia, gênero, ou seja, as especificidades do universo dos negros não são abordadas em benefício deles, mas sim em prol dos senhores feudais.

A educadora apresenta suas considerações acerca da forma de como a história da escravatura do negro é abordada no livro didático

A visão do livro didático é bastante restrita, pois sabemos que o livro é confeccionado por um grupo e dependendo dos interesses desses grupos, eles limitam as informações, bem como apresentam uma visão dicotômica do processo da abolição da escravatura, da colonização do Brasil, da distribuição da renda, em fim, são muitas as coisas que devem ser consideradas acerca da história da abolição da escravatura, mas que não é do interesse do grupo e por isso não é reportado.

Nesse sentido, essa concepção eurocêntrica, ainda é motivo de crítica, não sendo resolvida enquanto não houver um livro criado pelos quilombolas. Diante da observação realizada das atribuições da educadora na escola campo de pesquisa, foi possível identificar a proposta conceitual da abolição da escravatura nos livros didáticos de História, indicados pelos professores, da comunidade do Castainho. O qual é trabalhado com os termos tradicionais da história do descobrimento do Brasil, promovendo o ensino memorístico das datas mais relevantes. Uma delas, a data da libertação dos escravos (13 de maio de 1988).

Nesse sentido, reconhece-se que há ainda formas de resistência a discriminação e ao racismo, situação da qual o educador não aprofunda, explana claramente a importância do negro na história do desenvolvimento do Brasil como algo natural e comum e não como algo desumano. Dessa forma, foi analisada a relação teórica-prática

mediada pela contextualização dos fatos históricos, principalmente os que tratam sobre a colonização do Brasil. Dessa forma, como foi possível analisar que o livro didático é fundamental à prática pedagógica da professora, uma vez que ela não tem como usar recursos audiovisuais, pois a escola situada no espaço rural não tem como subsidiar os recursos midiáticos, então a professora usa como recurso exclusivamente o livro didático.

Sendo assim, foi também possível reconhecer e compreender como a prática educativa com o livro didático influencia tanto positivo quanto negativo a formação identitária dos descendentes quilombola. Muitos alunos sentem-se indignados ao conhecer o que o livro didático não mostra, pois é a partir do diálogo estabelecido que a aquisição do conhecimento se consolida, em sendo assim, o que é positivo é os alunos se aceitarem, reconhecerem a identidade pertencente e convictos de quem são e o que querem trilharem em busca da emancipação social, sempre com o exemplo dos bravos guerreiros do seu povo. Negativamente no que concerne ao sofrimento, as lutas e pode influenciar as identidades dos descendentes de quilombolas.

Por conseguinte, entende-se que a luta dos quilombolas não eram tão somente pela posse da terra, mas principalmente pela valorização da sua etnia, os costumes do seu povo, sua descendência, pela sua liberdade, emancipação social e, sobretudo ser dono de sua vontade. Contudo, isso deve acontecer em sala de aula e assim promover o estudo aprofundado acerca do que é oculto no livro didático, pois como atribuição da prática pedagógica da professora para que atue contextualizando as informações.

Nesse sentido, cabe ao professor 'buscar' textos críticos, incentivando-o à sua autonomia. A formação continuada em prol do desenvolvimento da prática pedagógica do educador, objetivando um ensino mais crítico, criativo e autônomo sobre o processo da escravidão. Assim, existem tentativas de uma formação contextualizada com a realidade da comunidade escolar, isso porque o professor tem a consciência de que é imprescindível partir da realidade do educando para que haja um maior interesse e participação na aula. Conforme a entrevista realizada e a observação no contexto escolar foram possíveis chegar a algumas considerações mediadas pelos aportes teóricos que subsidiaram esta pesquisa.

Diante desta finalidade, foi perceptível compreender que as estratégias de ensino voltado para ensinar acerca da história afro-brasileira conforme observado e investigado, ainda é muito livresco, isto é, a história afro-brasileira não é trabalhada como deveria ser, assim como a disciplina de português e matemática que são bastante trabalhadas. No entanto, orienta-se a desenvolver projetos pedagógicos para serem trabalhados ao longo

do ano letivo, porém isso na prática não acontece, uma vez que não houve formação específica a acerca de como abordar metodologicamente a Lei Federal n° 10.639 de 2003. Que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática história e cultura Afro-Brasileira. É certo que a lei está em vigor, no entanto, os professores dos anos iniciais do ensino fundamental, alguns não obtiveram qualificação acerca das especificidades metodológicas de como trabalhar a história e a cultura afro-brasileiro contextualizando e trazendo a tona as principais personagens protagonistas, música, religião, cultura, culinária e dança. Em fim, a diversidade étnica, cultural, de gênero e identidade.

Em sendo assim, a teoria subsidia a prática pedagógica, bem como, norteia a refletir e mudar de concepção sobre o ensino didático, pois, o papel do educador, é essencial metodologicamente a favor do que deve ser trabalhado sobre conteúdos da história e cultura afro-brasileira, uma vez que estes conceitos devem ser trabalhados de forma integrada com as demais áreas das ciências, principalmente a ciências humanas, a qual requer um olhar holístico dos diversos saberes que norteiam a história, para desmistificar a visão eurocêntrica da sociedade brasileira que ainda é muito vigente.

CONCLUSÃO

O presente trabalho permeou algumas conjecturas teóricas, metodológicas e práticas acerca do processo histórico da colonização do Brasil, a formação das minorias, como os quilombolas, a diversidade étnica, cultural, gênero e classe tendo o foco na garantia do direito a educação. Neste sentido, a finalidade maior da educação atualmente é promover o acesso e a permanência à educação para todos. O que somente é possível por meio das políticas públicas educacionais de acesso, como merenda escolar, material didático, farda, transporte escolar e outras.

Vale salientar que a diversidade cultural permeia todos os espaços territoriais. Dessa forma, concebe-se que na instituição escolar deve primar pelo respeito e valorização da história interdisciplinarmente trabalhada em sala de aula, como costumes, cultura local e regional e da cultura afro-brasileiro em benefício do desenvolvimento e aprendizagem de todos os sujeitos envolvidos no contexto educacional, principalmente por que a educação é um direito e este deve ser efetivado para todos. Em se tratando da especificidade da diversidade cultural, deve-se considerar que esta é a mola propulsora da educação.

Sendo assim, pode-se afirmar que a diversidade cultural é um fator preponderante que deve ser considerado no contexto da sala de aula, principalmente quando se trata da história afro-brasileira que permeia a história brasileira. Não obstante, compreende-se que as metodologias de ensino devem ser alternativas, pois não se pode considerar apenas a escravidão e a assinatura da Lei Áurea (1888) como os únicos conteúdos importantes para ser trabalhado em sala de aula, mas sim, todo o processo histórico, antropológico, filosófico e sociológico que permeiam a história afro-brasileira e a cultura. Neste sentido, o processo de ensino aprendizagem pode corroborar de práticas pedagógicas diversificadas para que de fato se tenha uma visão holística da história que permite a emancipação do Brasil como país independente.

Dessa maneira, subentende-se que à diversidade cultural, étnica e a consideração das realidades locais, reivindicados por diversos movimentos sociais pelos direitos a educação, o que deu fruto as ações afirmativas e políticas públicas concernentes com a inserção social dos negros para usufruírem dos bens culturais como a educação. Nesse sentido, no bojo de um questionamento sobre a imposição de critérios estabelecidos unilateralmente a partir da lógica dos grupos dominantes, reforçam a demanda por processos mais participativos de definição e aferição da qualidade da educação voltada para igualdade de oportunidades para os negros.

A educação tem se modificado significativamente em prol das minorias socializadas, pois através das políticas públicas educacionais têm corroborado com a ampliação do acesso e com as devidas condições de permanência, pois, muitas das vezes o acesso é facilitado, no entanto em sala de aula a permanência fica comprometida devido a algumas posturas pedagógicas diante de situações adversas ao ambiente agradável da sala de aula que promove a aprendizagem significativa. Vale salientar que o processo educativo tende a se consolidar na medida em que as políticas públicas viabilizaram as devidas melhorias de acesso e permanência.

No que concerne ao processo de aquisição do conhecimento, é perceptível que o mesmo tende a acompanhar a evolução histórica. Assim sendo, considera-se em Brasil (2006, p 23) ao ser explicado que

No contexto brasileiro, discutir a qualidade da educação na perspectiva do respeito à diversidade implica necessariamente enfrentar e encontrar caminhos para superar as desigualdades no acesso a programas de boa qualidade, que respeitem os direitos básicos das crianças e de suas famílias, seja qual for sua origem ou condição social, sem esquecer que, entre esses direitos básicos, se inclui o direito ao respeito às suas diversas identidades culturais, étnicas e de gênero.

Neste sentido, a qualidade da educação requer a aplicação de programas que viabilizem a superação das desigualdades sociais, advindas dos diferentes contextos sociais que permeiam a educação.

Todavia, é significativo quando o diálogo é interposto a fim de promover uma visão crítica acerca da história e a cultura afro-brasileira de modo a entender como ocorreu, os principais motivos e, sobretudo entender as causas da história ser narradas valorizando sempre a elite do colonialismo, sem destacar os principais costumes, religiões, culturas, culinárias. Em fim o mundo africano, o contexto sócio-histórico não era levado em conta pelo livro didático que narra satisfatoriamente à história dos colonizadores do Brasil.

Vale ressaltar que a educadora ao desenvolver suas atribuições pedagógicas deixa a desejar no sentido de que a mesma possui uma visão centralizada na história narrada pelos brancos, uma vez que não houve uma formação específica desse componente importante que compõe a grade curricular das disciplinas e a história continua sendo trabalhada da mesma forma, sem transformações didáticas significativas, principalmente porque ainda vem no livro analisado o descobrimento do Brasil, a libertação dos escravos, a colonização do Brasil.

Diante do que foi objetivado nesta pesquisa, reconhecer as perspectivas dos jovens descendentes da comunidade Quilombola a partir de sua formação formal na escola. Momento em os sujeitos de direito veem a educação como a única alternativa para 'serem alguém na vida' pois quem não tem estudo não tem nada e jamais terá como melhorar de vida sem a educação. Isso é perceptível ao observar o modo de vida dos sujeitos na comunidade, onde manejam a terra, mas não tem sustentabilidade, por que lhes faltam o conhecimento necessário para uma boa plantação, colheita e armazenamento. Daí a educação pode favorecer a emancipação social de seu público, quando é trabalhada a cultura e a identidade daquele povo, narrar a sua história nua e crua de como tudo ocorreu e o porquê da finalidade de exercer a crueldade de submissão, exploração e escravidão aos negros, se todos são iguais perante a lei.

No decorrer da pesquisa foi possível identificar que os problemas que são considerados pelos jovens na comunidade principalmente em se tratando da escola em que eles estudam, diz respeito a falta de atividades culturais próprias da cultura original, pois conforme a geração vai passando, a cultura e a identidade se não trabalhada com as crianças negras a favor da história de sua ancestralidade será bem difícil querer fazer parte deste grupo social, pois este grupo sempre esteve a margem da sociedade e assim são considerados como menos. Ao contrário de quando estudam sobre a história e a

cultura afro-brasileira desenvolvem o pertencimento identitário e cultural dos negros que foram os maiores responsáveis pela civilização brasileira. Nesse sentido, os sujeitos de direito devem conhecer todo processo histórico de suas origens ancestrais, pois somente assim será possível se sentirem sujeitos da história.

Ao que concerne sobre a metodologia de ensino da professora na escola da comunidade do Castainho em prol da conscientização cultural e identitária de pertencimento aos grupos sociais, especialmente aos quilombolas promoveu um olhar analítico acerca da postura pedagógica da educadora que era bastante detida aos livros didáticos, pois na escola campo de pesquisa não possuía recursos midiáticos a favor da metodologia participativa que favoreceria uma participação autônoma dos educandos ao querer investigar sua história desde origem e assim a educadora trabalhava usando o livro didático que infelizmente mesmo com dez anos da lei 10.639/03 que até então não está efetivada nos espaços escolares, pois outro fator que corrobora para isso acontecer é que os educadores não passaram pela formação e muitos chegam a desconhecer esta lei, como foi o caso da educadora entrevistada e observada. Destarte, a prática pedagógica da educadora, não condiz com a proposta da educação popular que geralmente promove a emancipação e transformação social dos sujeitos de direito que se fazem protagonistas nas reivindicações que lhes são inerentes ao ser humano com dignidade de vida e qualidade de vida. Pois, a educação formal deve ser promovida com o intuito de promover a consolidação do direito a educação, principalmente das minorias sociais que vivem em movimentos organizados para poder fazer valer os direitos humanos que estão constituídos legalmente a partir de conferências, decretos, leis e encontros que estão em constante aperfeiçoamento para ressignificar os direitos humanos que nascem a partir das necessidades dos grupos sociais organizados e o documento mais recente é Plano Nacional dos Direitos Humanos.

Por conseguinte ao concluir a respectiva pesquisa permitiu-se perceber que mesmo em uma comunidade Quilombola a história e cultura afro-brasileira não é trabalhada pedagogicamente em sala de aula, pois a educadora além de não ter formação específica acerca da temática da educação etnicorracial, trabalha somente com o livro didático que se torna um único recurso pedagógico da educadora que ao longo da pesquisa era somente o livro que trás em seu bojo os fatos do sul, ou seja, os colonizadores sempre foram os protagonistas da história, não existia outro. Todavia, a pesquisa torna-se pertinente justamente por viabilizar a conjectura de que muito ainda deve ser trabalhado em sala de aula para desenvolver o pertencimento identitário dos

sujeitos de direito, bem como a desmistificação do preconceito e discriminação que os negros ao longo da história sofreram.

REFERÊNCIAS

1. ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil**: expansão escolar e formação da escola dos pobres no Brasil. Tese de Doutorado. Niterói, 2004. Disponível em http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/evelinea04.pdf Acesso em 14-12-2012.
2. ARROYO, M.G. **Políticas educacionais e desigualdades**: à procura de novos significados Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 17-12-2012.
3. BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Democracia e Direitos Humanos - reflexões para os jovens. 2013.
4. FUCHS, Henri Luiz. **A educação e os desafios da escola para os novos tempos**. UNIrevista - Vol. 1, nº 2 : (abril 2006). Disponível em http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Fuchs.pdf Acesso em 20-12-2012.
5. GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre o currículo**: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>. Acesso em 18-12-2012.
6. GROSGOUEL, Ramón & GOUVEIA, Flávia. **Dilemas dos Estudos Étnicos Norte-Americanos**: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n2/a15v59n2.pdf> Acesso em 19-12-2012.
7. MAIA, Luciano Mariz. **Os direitos das minorias étnicas**. Disponível em: www.lppuerj.net/olped/documentos/ppcor/0082.pdf Acesso em 19-12-2012.

8. QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LAUDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
9. SELTZ, C. et al. **Métodos de pesquisa das relações humanas**. São Paulo: Editora Herdes, 1965.
10. SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. COLAÇO, Thais Luzia. **Direito e identidade das comunidade tradicionais - do direito do autor ao direito à cultura**. Liinc em Revista, v.7, n.2, setembro, 2011, Rio de Janeiro, p.681 – 700. Disponível em - <http://www.ibict.br/liincc> Acesso em 21-12-2012.

ⁱ Miscigenação é compreendida como mistura de raças, de povos de diferentes etnias, ou seja, relações inter-raciais. Disponível em <http://www.jornallivre.com.br/173894/o-que-e-miscigenacao.html> Acesso em 09 set. 2016.

ⁱⁱ Proposta pedagógica específica para o município de Garanhuns, sendo que é a mesma rotina pedagógica, a qual não aborda as especificidades e particularidades inerentes aos sujeitos de direito.